

Verbetes Conceituais

Desenvolvimento

Gustavo Lins Ribeiro¹ 

¹Professor Emérito da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Universidade Autônoma Metropolitana, UAM, Lerma, Estado do México, México.

E-mail: gustavo.lins.ribeiro@gmail.com

DOI: [10.17666/ebcs.2026.023](https://doi.org/10.17666/ebcs.2026.023)

PREÂMBULO

Desenvolvimento é uma das noções mais abrangentes e sujeitas a conflitos interpretativos, ideológicos e utópicos. Sua presença explícita ou implícita nas diferentes formas de discutir e planejar a boa vida e futuros felizes resultou em uma série de formulações cujas qualidades e conotações programáticas também penetraram a discussão acadêmica, especialmente os campos das ciências sociais e da economia. Neste verbete, apresento suas profundas e densas raízes históricas, sua crescente importância a partir da Segunda Guerra Mundial no mundo dominado pelo império americano, assim como os diferentes modos de interpretá-lo, sempre com reverberações do/no mundo político e do planejamento. Dou especial atenção ao debate latino-americano que se desenrolou sob o rótulo da teoria da dependência e ao impacto do ambientalismo que se consolidou na elaboração da categoria “desenvolvimento sustentável”. Também exploro a possibilidade de um novo conjunto de tensões políticas e epistêmicas com a inegável entrada da China como potência fundamental no cenário global, intervindo de várias formas nos caminhos traçados por “desenvolvimento” e nas suas possíveis derivações.

SUMÁRIO

1. Origens
2. Modernizações, desigualdades, dependências
3. Latino-americanos e brasileiros nesse cenário
4. A reforma ambientalista toma a cena
5. Um debate que continuará aberto. Reformulação chinesa?
6. Limites e alternativas
7. Referências bibliográficas

Aprovado em: 16/08/2026

Editor(a) responsável: Emília Pietrafesa



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 023 - 2026

1. Origens

É relativamente recente a formulação de “desenvolvimento” como conceito-noção programático e marcado por perspectivas políticas ocidentais que organizam as desigualdades internas ao sistema mundo capitalista. Seu campo de debates remete à mudança causada pela chegada inequívoca dos Estados Unidos (EUA) ao centro do poder global no pós-Segunda Guerra Mundial. Seu momento chave se associa, em geral, à proposta de um “programa de desenvolvimento” feita no discurso de posse do presidente estadunidense Harry Truman (1884-1972) em 1949. A atribuição de relevância desse discurso para compreender a difusão do termo e seus pressupostos indica a permeabilidade de “desenvolvimento” a interesses, ideologias e utopias de poderosos núcleos do sistema capitalista mundial. De todas as maneiras, não resta dúvida sobre a importância, para a discussão sobre desenvolvimento, das conjunturas do pós-guerra quando as descolonizações dão fim aos imperialismos europeus modernos. Basta ver que, já em 1944, como resultante dos rearranjos de política econômica global consolidados nos acordos de Bretton Woods (EUA), os vitoriosos aliados fundam o Banco Internacional de Reconstrução e *Desenvolvimento*. Era a semente do que seria o Banco Mundial que, durante muitas décadas, foi a Meca da discussão sobre desenvolvimento em suas diferentes versões e impactos sobre agências multilaterais, Estados nacionais e diversas comunidades acadêmicas, em termos programáticos ou teóricos.

De maneira mais profunda, o que está em jogo é uma visão da passagem do tempo como exercício constante e interminável de acumulação, de aperfeiçoamento que levam ao ápice desejado, ao futuro sempre como superação do presente. Chegar lá depende da receita mantida por aqueles que se encontram na ponta de uma corrida desigual. Sua posição de “adiantados” é pretensa legitimação do papel de poderosos e arrogantes agentes de um suposto bem-estar universal a que todos podem chegar. Aos “atrasados”, lhes resta submeter-se às lições das elites clarividentes, apesar das evidências de que seus ensinamentos de fato não funcionam.

A arqueologia dessa noção remete a um dos pilares formadores da mitologia do Ocidente, a ideologia-utopia do progresso, uma matriz civilizatória cuja âncora se encontra na Grécia Antiga e se baseia na percepção de que os seres vivos devem crescer para amadurecer. Após esse ponto, começa uma debilitação, indicando, claramente, que o oposto do progresso é a decadência. Se trata de neutralizar o declínio e potencializar o crescimento. Aqui pareceria que a humanidade se encontra entre o permanente dilema de crescer ou perecer, algo que não deve soar estranho aos nossos ouvidos contemporâneos que escutam cotidianamente falas sobre a necessidade de crescimento econômico constante. Séculos depois, o Iluminismo seria um momento fundamental para novos pactos econômicos, políticos e sociais da modernidade e suas ideologias associadas (progresso, industrialismo, secularização, racionalização, individualismo, por exemplo) e representou outro vigoroso impulso à visão unilinear de tempo cumulativo. Sublinhemos a dupla cara do Iluminismo que se expressa no conflito entre defensores de projetos vinculados à razão instrumental que alimenta processos de crescimento econômico e acumulação baseados em relações entre classes desiguais; e também naqueles defensores de uma razão histórica preocupada fundamentalmente com a justiça social. No

século XIX, motorizadas pela Revolução Industrial, acelerador basilar na história do capitalismo, diversas interpretações vão organizando o mundo em etapas evolutivas: do bárbaro, primitivo, ao moderno, civilizado. Lembremos, de forma arquetípica, a lei dos três estados (teológico, metafísico, positivo), de Auguste Comte (1798-1857), esquema temporal pelo qual toda a humanidade haveria passado. O evolucionismo, na sua faceta de exacerbação classificatória ideológica do progresso da humanidade, teve, entre seus resultados, o efeito de legitimar o racismo ocidental (Wolf, 1982), a hegemonia branca eurocentrada.

Apesar de marcado pelo imperialismo-colonialismo europeu que estabeleceu grande parte das relações entre centros e periferias no sistema mundial capitalista, “desenvolvimento” provê uma suposta explicação neutra das desigualdades globais. Diferentemente de acumulação ou expansão, evita conotações indesejáveis vinculadas às diferenças de poder entre as unidades formadoras do sistema mundial em termos econômicos, políticos e militares. Impulsionado por forças centrais do capitalismo, tornou-se uma ideologia-utopia do mundo pós-descolonização. Sua plasticidade se expressou em diversas adjetivações: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente, sustentável. Assim, se difundiu e institucionalizou por diversos sistemas políticos, econômicos e administrativos que não contestam o núcleo duro do discurso formado por uma união entre a obrigatoriedade de um futuro melhor e de um crescimento econômico perene. Nessa trajetória, suas versões foram se ajustando aos contextos espaço-temporais e sociopolíticos que atravessaram. Seu substrato, a acumulação de capital por agentes privados ou estatais, permaneceu intocável até mesmo quando se procurou reformar seus efeitos ambientais mais deletérios, como foi o caso da formulação, ainda em voga, do desenvolvimento sustentável, no final da década de 1980, começo dos anos 1990. Na verdade, essas variações e tensões são representativas de um campo de poder político e econômico no qual agentes coletivos diferentes procuram estabelecer, como as mais corretas, suas perspectivas particulares de como se deve proceder. Aqui atuam agências concretas que também podem funcionar como comunidades epistêmicas e encarnam diversos postulados associados a “desenvolvimento”: instituições globais como o Banco Mundial; internacionais, como o banco dos BRICS; nacionais, como ministérios do desenvolvimento; corporações financeiras ou industriais; partidos políticos; organizações não-governamentais; sindicatos; igrejas; universidades.

2. Modernizações, desigualdades, dependências

Por ser uma ideologia-utopia formulada como discurso salvífico da humanidade, as principais divergências interpretativas referem-se a três grandes campos políticos e acadêmicos cuja composição, simplificadamente, podemos definir da seguinte forma: ideólogos da expansão econômica que, no nosso mundo, significam ser defensores da acumulação de capital; críticos do capitalismo, em geral posicionados no marxismo, mas não necessariamente anticrescimento econômico; os descrentes do desenvolvimentismo, isto é, críticos da ampliação da mercantilização da vida (com a destruição socioambiental decorrente) e do poder das corporações capitalistas com suas fórmulas obrigatórias de atingir

a boa vida. Esses últimos serão considerados mais adiante. Evidentemente, esses campos apresentam nuances internas, assim como incompatibilidades radicais ou pontos de encontros que pretendem ser pontes entre visões conflitivas. Me detenho, contudo, nas grandes oposições para depois apontar algumas posições intermediárias.

Certamente, uma oposição básica que interessa de perto aos latino-americanos, como discutido melhor adiante, é aquela entre as teorias da modernização e da dependência. Apesar das diversidades internas dessas abordagens, elas podem ser vistas como marcadas, grosso modo, por abordagens não marxistas e aquelas marxistas, com a ressalva de que os marxistas não necessariamente são contra o crescimento econômico, mas sim contra as formas de apropriação e distribuição da riqueza produzida. Alguns autores são paradigmáticos de cada perspectiva e também podem ser caracterizados por suas adesões, em diferentes graus, a posições pró-capitalistas e anticapitalistas.

A teoria da modernização, ancorada numa sociologia funcionalista, pode ser entendida como a projeção acadêmica dos postulados programáticos do desenvolvimentismo. Modernização aqui significa aproximar-se, por meio de políticas públicas e investimentos, dos parâmetros de desenvolvimento tecnológico e bem-estar definidos pelos países avançados ocidentais que são tomados como modelos, independente das diferenças históricas e culturais presentes entre os “subdesenvolvidos”. A teoria da modernização, elaborada nas décadas de 1950 e 1960, é uma abordagem sobre a desigualdade socioeconômica que trata de lidar com a transformação de sociedades agrárias, “tradicionais”, para sociedades urbanas, de mercado, industriais, “modernas”, “racionais” e “democráticas”. Aqui destaca-se a figura do economista, anticomunista e participante de altos cargos no Estado americano durante a Guerra Fria, Walt Whitman Rostow (1916-2003), com sua proposta de estágios de crescimento econômico, um esquema evolutivo que partia da sociedade tradicional para as pré-condições do arranque (decolagem), o arranque e, finalmente, a era do consumo de massas. Os sociólogos Talcott Parsons (1902-1979) e Seymour Martin Lipset (1922-2006) foram igualmente importantes. Parsons, entre outros elementos, destacou o papel da cultura como impedimento ou incentivo nessas evoluções, enquanto Lipset enfatizou o papel da educação e da democracia nos processos de diferenciação. A teoria da modernização, além de eurocêntrica, é cega para a estruturação das desigualdades internacionais provocada pela história do colonialismo-imperialismo e pelos processos típicos de acumulação de capital no desenvolvimento ocidental que geram diferentes capacidades de intervenção nas transformações dos sistemas econômicos e políticos.

Esses últimos são justamente os pontos fortes das interpretações marxistas que consideraram de diferentes maneiras o “desenvolvimento desigual e combinado”, para usar uma expressão cunhada pelo revolucionário russo Leon Trotsky (1879-1940) no começo do século XX. Desde o século XIX, a quantidade e renovação dos estudos sobre o tema se baseiam na propensão do capital de diferenciar-se, mundializando-se e produzindo diferentes impactos socioespaciais nos planos nacionais e globais. Parte-se do princípio da existência de processos de acumulação originária (típica do despojo colonialista, por exemplo) e de diferentes modos de produção que, dada a expansão do sistema mundial eurocentrado, se articulam sob a hegemonia capitalista. A diferença de poder econômico e político entre as unidades

constitutivas do sistema é fator essencial para compreender a dependência e subordinação construídas pelas trocas desiguais entre grandes coletivos econômicos.

Esse debate tem continuado sob diversas formas até o presente. Entretanto, sublinho, conforme já mencionado, a existência da teoria da dependência, elaborada nos anos 1960 e 1970, que também possui seus autores paradigmáticos e é um campo de debates e elaborações teóricas complexo e diverso. O grau de adesão ao marxismo, por exemplo, varia. Por se tratar de um pensamento associado amplamente a autores latino-americanos, suas contribuições foram mencionadas adiante em seção específica. No universo da língua inglesa se destaca Andre Gunder Frank (1929-2005), cujo aforismo, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, condensa a perspectiva dependista sobre como as diferenças internas ao sistema mundial capitalista são estruturadas pelos polos dinâmicos do crescimento capitalista. Gunder Frank via as relações entre centro e periferia, um tema central nessa abordagem, articuladas por uma cadeia entre metrópoles e satélites que canaliza os excedentes para as metrópoles e gera os interesses de classes aliadas a serviço dos centros nas periferias. “Capitalismo e Subdesenvolvimento em América Latina”, publicado em 1967, foi seu trabalho mais importante e reflete sua familiaridade com o ambiente intelectual de esquerda em nossa parte do mundo. Também é importante ressaltar as presenças do economista egípcio Samir Amin (1931-2018) e de Immanuel Wallerstein (1930-2019). Em “Acumulação em Escala Mundial”, de 1974, Amin ressaltou a relação de exploração entre centro e periferia internamente ao sistema capitalista internacional marcado pelo desenvolvimento desigual. Mais tarde, elaborou uma perspectiva que chamou de “desvinculação”, isto é, a necessidade de os países em desenvolvimento distanciarem-se dos centros hegemônicos para atingir melhores patamares de bem-estar. O autor foi também um crítico do eurocentrismo. Já Immanuel Wallerstein escreveu o clássico “O Moderno Sistema Mundial”, publicado em 1974, sua primeira e fundamental contribuição para a teoria do sistema mundo. Assim, deu forma a um marco interpretativo sobre a origem, expansão e estrutura global do capitalismo eurocentrado, cujo desenvolvimento histórico se deu a partir do final do século XV, começo do XVI, assim como da subsequente divisão internacional do trabalho. Dividiu o sistema mundial capitalista em centro, periferia e semiperiferia. Wallerstein destacou as mudanças de poder ao longo da história, dentro de uma estrutura interestatal, provocadas por guerras que consolidam o poder do vencedor.

Fora dos grandes centros hegemônicos do sistema mundo de produção acadêmica também houve trabalhos relevantes em língua inglesa, em especial por intelectuais vinculados aos movimentos de descolonização e anti-imperialismo do pós-Segunda Guerra Mundial que discutiram o papel do colonialismo, do neocolonialismo e do imperialismo na construção do “subdesenvolvimento”. Nesse âmbito, menciono apenas o indiano Bilpan Chandra (1928-2014), que escreveu “Ensaio sobre o Colonialismo”, em 1999; o caribenho Walter Rodney (1942-1980), autor de “Como a Europa Subdesenvolveu a África”, publicado em 1972; e o ganense Kwame Nkrumah (1909-1972), com o seu livro “Neo-Colonialismo, Último Estágio do Imperialismo”, obra publicada em 1965.

3. Latino-americanos e brasileiros nesse cenário

A teoria da dependência é a contribuição teórica mais conhecida da América Latina para a compreensão das desigualdades de poder internamente ao sistema mundo. Sua arqueologia se encontra nos trabalhos do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), que realizou um estudo clássico, em 1949, sobre a troca desigual e a “deterioração dos termos de troca”. Tratava-se de uma demonstração de como o comércio internacional perpetuava a desigualdade entre os países, especialmente quando os intercâmbios se baseavam em trocas de bens industriais dos países centrais por bens primários das periferias que se viam forçadas, ao longo do tempo, a vender mais produtos primários para obter a mesma quantidade de mercadorias industrializadas. Prebisch foi, entre 1950 e 1963, secretário executivo da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL). Esse órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), fundado em 1948, em Santiago, teve, junto com a Universidade do Chile, um papel destacado no desenvolvimento das diversas teorias da dependência. Pode-se dizer que ocorreu uma conjunção dos pensamentos de economistas “estruturalistas”, como Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado (1920-2004), com neomarxistas latino-americanos, muitos dos quais, na década de 1960 e 1970, se encontravam exilados no Chile, em especial, durante o governo socialista de Salvador Allende (1908-1973), o presidente chileno morto no sangrento golpe militar do general Augusto Pinochet (1915-2006), em 1973.

Claudio Katz (2023) enfatiza a relevância dos dependistas brasileiros e as contribuições de pesquisadores como Vânia Bambirra (1940-2015), Theotônio dos Santos (1936-2018), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e do economista chileno Osvaldo Sunkel (1929-). Katz privilegia os trabalhos de Rui Mauro Marini (1932-1997), que também explorou as diferenças internas à periferia, introduzindo o conceito de subimperialismo, com o qual caracterizou o Brasil da ditadura cívico-militar de 1964-1985, pelas estratégias da sua classe dirigente que, na sua análise, atuava como um sócio de Washington interessado em projetar seu poder regionalmente.

Nas décadas finais do século XX, na antropologia brasileira e latino-americana, também se desenvolveu uma forte vertente interdisciplinar e crítica dos impactos, como as realocações forçadas, que os chamados “projetos de desenvolvimento” causavam sobre populações indígenas e camponesas (Bartolomé, 1985; Santos e Andrade, 1988; Sigaud, 1986). Já se sentiam os impulsos da reforma ambientalista que seria aprofundada com a proposta do “desenvolvimento sustentável”. Essas pesquisas estudaram, por exemplo, os impactos da construção de hidrelétricas na Amazônia, no rio São Francisco ou no Sul do país. Aqui se incluem meus próprios trabalhos direcionados a compreender as dinâmicas internas dos “grandes projetos” de construção civil como formas de produção vinculadas à expansão do sistema mundial capitalista (Ribeiro, 1987, 1991). Nesse esforço, caracterizei ao “desenvolvimento” como uma utopia/ideologia ocidental e um campo de interesses econômicos e políticos conflitivos comandado por poderosos agentes transnacionais (Ribeiro, 2008), aliados a uma série de empresas privadas ou públicas por meio de processos de “consorciação”, isto é, associações formais de empresas – construtoras, por exemplo – em consórcios. Assim, retiravam os melhores “recursos” naturais e humanos dos lugares onde atuavam. Os debates e pesquisas do período se consolidaram em uma subdisciplina denominada “antropologia do desenvolvimento”. No plano profissional, para os antropólogos abriu-se a possibilidade de inserir-se no mundo das consultorias ou dos funcionários de agências multilaterais, da

cooperação internacional, de organismos governamentais ou não-governamentais (Ribeiro, 2025). O impacto da participação de um diversificado grupo de antropólogos no Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial, nas décadas finais do século XX, ainda precisa ser mais bem compreendido (Ribeiro, 2025).

Paralelamente, se desenvolveu, iniciada pelo trabalho do antropólogo colombiano Arturo Escobar (1952-), “Encontrando o Desenvolvimento: a Construção e Desconstrução do Terceiro Mundo”, publicado em 1995, outra contribuição antropológica crítica conhecida pelo rótulo de “pós-desenvolvimento”. Para Escobar (2005), a questão principal do pós-desenvolvimento não é propor outra versão do desenvolvimento, mas saber que para responder à pergunta por que Ásia, África e América Latina se transformaram no “Terceiro Mundo”, é preciso compreender a história do “desenvolvimento” como um processo que se desenrolou relacionado à modernidade e ao capitalismo, analisar o aparato institucional que esse discurso implementa, sua profissionalização e institucionalização, assim como as exclusões geradas pelo mesmo. Outros trabalhos importantes nessa direção incluem os estudos de Ferguson (1990) e Gupta (1998).

4. A reforma ambientalista toma a cena

Em 1989, o Muro de Berlim caiu. Em 1991, a União Soviética entrou em colapso. O mundo bipolar da Guerra Fria chegava ao fim dando início a um período de crise dos discursos utópicos socialistas e de capitalismo triunfante disfarçado de globalização. Ainda hoje vivemos os efeitos dessa crise utópica. Esse vazio foi sendo preenchido por outros discursos que vinham ganhando força desde a década de 1970 e atingiram o seu apogeu em 1987-1988 e 1992. Refiro-me aos discursos formulados pelo movimento ambientalista, um movimento transnacional cujas raízes se encontram no século XIX e que no final do século XX conseguiu juntar forças da sociedade civil, do Estado e de agências multilaterais para propor uma grande reforma do discurso do desenvolvimento. Dessa forma, as críticas anteriores foram reforçadas de forma eficiente por um movimento poderoso, cujo sucesso continua presente.

Momentos anteriores a essa tendência incluem o informe “Os Limites do Crescimento”, de 1972, do Clube de Roma, postulando que o crescimento econômico ilimitado é impossível em um planeta finito, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano no mesmo ano, em Estocolmo. Essas críticas às formulações econômicas prevalecentes foram uma fonte de desacordo entre os economistas. Mais ou menos vinte anos depois, desenvolvimento sustentável tornou-se o novo e palatável discurso em um mundo mesmerizado pelo fim da Guerra Fria. Sua primeira formulação foi o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, publicado pela ONU em 1987. Foi a expressão da importância crescente de concepções ambientalistas para pensar o planeta e um passo decisivo para a organização, no Rio de Janeiro, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que colocou o Brasil no centro do debate sobre a relação meio ambiente/desenvolvimento. O documento resultante desse megaevento, Agenda 21, transformou desenvolvimento sustentável em um jargão obrigatório e postulou uma série de ações que deveriam ser implementadas nos níveis global, nacional, regional e local. O cerne da

questão é atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações, isto é, sem retirar do ambiente uma quantidade de energia maior do que ele possa repor, para não alterar seu equilíbrio.

Tentar conciliar crescimento econômico (o motor da própria noção de desenvolvimento) com proteção ambiental, criando, como subproduto, o que foi chamado de capitalismo verde, demonstra o caráter paradoxal de “desenvolvimento sustentável”. Essa tentativa de agradar a gregos e troianos é o que subjaz à sua súbita eficácia em uma conjuntura na qual os problemas ecológicos de escala planetária ficavam cada vez mais evidentes. “Pense globalmente, aja localmente” tornou-se um lema. Assim, “desenvolvimento sustentável” criou uma enorme quantidade de regulações e agências estatais nos três níveis de governo e no plano global para implementar suas políticas. Apesar de tudo, a reforma ambientalista, expressa na questão da sustentabilidade, representa, sem dúvida, a de maior impacto até o presente. De todas as maneiras, alguns dos temas que eram parte do debate sobre desenvolvimento na década de 1990 e no começo dos anos 2000, hoje se encontram em outros domínios de interesse público e acadêmico que têm por objeto discussões sobre infraestrutura, neoextrativismo, acumulação por despojo e o amplo campo de interações e intercâmbios entre diferentes comunidades epistêmicas chamado antropoceno.

Elaborado no ano 2000, o termo antropoceno refere-se à classificação de uma nova era geológica, a atual, na qual se reconhece que a atividade humana se tornou uma força que impacta a própria capacidade de sobrevivência da espécie no planeta. Aqui o “aquecimento global” é o centro de calorosos debates, conferências multilaterais e ensaios de políticas destinadas a salvar a humanidade do que se afigura como um desastre apocalíptico. Sem utopia para defender, boa parte da esquerda global abraçou o discurso do antropoceno, uma distopia, numa esperança calada de que o medo do fim da existência seja mais eficaz do que a promessa de um mundo melhor. No entanto, logo críticas se levantaram quanto à generalidade do termo antropoceno que parecia tornar a todas as pessoas igualmente responsáveis pela tragédia anunciada. Assim, surgiram designações como capitaloceno, que pessoalmente prefiro, para enfatizar a agência dos capitalistas e seus intermináveis despojos, desastres ambientais e sociais em múltiplas zonas de sacrifício por todo o planeta, processos acelerados pela Revolução Industrial a partir do século XVIII.

Em uma espécie de eterno retorno da luta contra o crescimento destrutivo, se apresentou uma variante do pensamento ecossocialista, o “decrecimento”, que propõe frear a insustentabilidade do desenvolvimento, atacando o de há muito identificado nó górdio do problema: a ideia de que a economia pode crescer indefinidamente. Seus defensores propõem, por exemplo, a redução da produção e do consumo, assim como uma redistribuição de renda e poder que promova a justiça ambiental. Vários proeminentes autores da ecologia política, como Joan Martínez-Alier (1939-), abraçaram esse movimento no qual também se destaca Kohei Saito (1987-) com, por exemplo, sua visão do “comunismo do decrecimento”, uma proposta pós-capitalista.

5. Um debate que continuará aberto. Reformulação chinesa?

Além das críticas e revisões já mapeadas e independente do viés que se use para afirmar, reformar ou contestar o “desenvolvimento”, com suas promessas e interpelações, o debate continuará com novas ou recicladas roupagens. Isto porque a esse campo interpretativo e programático subjazem as dinâmicas do sistema mundial, assim como a força histórica da acumulação de capital e os impactos que ambas causam nas hierarquias de poder global, nas mudanças provocadas pelas tecnologias e nas propostas de bem-estar. Ao mesmo tempo em que estão na base das diferenciações internas ao capitalismo, as inovações tecnológicas sustentam seus metarrelatos salvíficos e utópicos. Contudo, o problema da destruição e da violência contra as pessoas e a natureza não se resolve. Tampouco se contesta as ideias de progresso e crescimento. Enquanto isso, o sistema mundial continua transformando-se, especialmente depois do fim da Guerra Fria na década de 1990, do aprofundamento do pacto neoliberal nos últimos 40 anos, do estabelecimento da hegemonia do capitalismo eletrônico-informático, com o *Silicon Valley* na proa, da retomada do poder estadunidense pela extrema-direita e da consolidação da China como protagonista global.

De fato, na contemporaneidade, é impossível discutir “desenvolvimento” sem chamar os chineses para a mesa. Ocupando o segundo posto da economia global, tudo indica que a China será o novo centro do sistema capitalista mundial, algo que pressiona o decadente império americano a reagir para manter seus privilégios imperialistas. No âmbito das tensões entre mundos capitalistas e socialistas, seria de se esperar que os chineses tivessem concepções diferenciadas de desenvolvimento. Sim e não. Por um lado, temos a perene influência de Confúcio no pensamento chinês, a tradição maoísta, as reformas econômicas de mercado de Deng Xiaoping, assim como as influências mais recentes das posições de Xi Jinping. Por outro lado, um país governado por um Partido Comunista dificilmente poderia deixar de absorver em suas perspectivas e planificações uma visão ocidental de progresso transmitida pelo materialismo histórico. É a partir dessa posição híbrida que falam os intérpretes do presente e futuro chineses. Muitas vezes, esse hibridismo é qualificado como uma excepcionalidade chinesa por meio da expressão “com características chinesas”, utilizada para qualificar o socialismo, a democracia, a modernização ou o desenvolvimento chineses.

Em vista de sua posição de ex-império milenar e motor fundamental da atual economia global, a China não poderia evitar se expor a conflitos de interpretações sobre o que é o desenvolvimento. Mesmo porque ela realiza o maior conjunto de megaprojetos já concebido, a Iniciativa Cinturão e Rota, também conhecido como a Nova Rota da Seda, que reúne projetos de infraestrutura de transporte e energia envolvendo mais de 100 países na Ásia, África e Europa. O país também possui dois dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, o *China Development Bank* e o *Shanghai Pudong Development Bank*, sem contar com o *New Development Bank*, localizado em Xangai, o banco dos BRICS, a aliança de Estados nacionais que faz parte do interesse chinês de praticar sua liderança na economia global. O total de ativos dos dois primeiros bancos chineses mencionados, em julho de 2026, era dez vezes maior do que o total do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o coração do Banco Mundial que, no passado, foi a meca do desenvolvimento.

Ciente das mudanças em curso no sistema mundial, numa conjuntura de disputas por poder por agentes globais do desenvolvimento, a China entra em uma luta utópica contra a concepção do Ocidente marcada por um histórico de colonialismo-imperialismo, racismo

supremacista branco-cristão e violento jogo de soma zero. Dessa forma, trata de postular um novo tipo de “civilização”. Xi Jinping, em 2021, na 76ª. Assembleia da ONU, apresentou a Iniciativa para o Desenvolvimento Global fundada em princípios fundamentais como: persistir no benefício generalizado e na inclusão; no desenvolvimento propulsado pela inovação; na convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza; e nas ações orientadas a resultados. Também conclamou a fortalecer a cooperação para o alívio da pobreza, atingir a segurança alimentar, lutar contra as epidemias e em favor das vacinas, financiar o desenvolvimento, a mudança climática e o desenvolvimento verde, a industrialização, a economia digital e a interconectividade (Pengying, 2025). Xi Jinping enfatizou, igualmente, a unidade e colaboração de toda humanidade como promotora de um desenvolvimento global inovador, coordenado, sustentável, aberto, inclusivo e seguro. Trata-se de construir uma “comunidade de futuro compartilhado” ancorada no marco de macropolíticas mundiais que adote uma visão mais inclusiva do desenvolvimento, não limitada ao crescimento econômico, que inclua o bem-estar social, os direitos humanos, o avanço cultural e científico, assim como a proteção do meio-ambiente. Essas afirmações programáticas enfatizam a cooperação multilateral, o respeito à diversidade das nações e suas soberanias em um mundo onde o imperialismo estadunidense destrói o multilateralismo pós-Segunda Guerra Mundial. Entretanto, por mais que, ao considerar seu papel internacional, a China coloque sobre a mesa a harmonia entre os países por meio da igualdade e a equidade, a paz, a ausência de interesses expansivos e o horizonte ganhador-ganhador com um desenvolvimento econômico compartilhado, ela é um agente central da reprimarização das economias da América do Sul. O Brasil, por exemplo, é China-dependente, exportando principalmente bens primários e importando bens industrializados. No nosso continente, já se fala de um neoextrativismo, de um Consenso de Pequim, uma alusão ao Consenso de Washington que estabeleceu, no final da década de 1980, o neoliberalismo como política capitalista.

6. Limites e alternativas

Os limites estão colocados sobre a mesa, em especial as problemáticas do crescimento ilimitado em um planeta finito e a produção constante de desigualdades. Enquanto noção interpretativa, “desenvolvimento” dificilmente se libertará de suas relações com ideologias e utopias relacionadas ao bem-estar social. Não vejo tais relações como um problema, ao contrário, creio que “desenvolvimento”, talvez como poucas outras formulações, deixa claro que as ciências sociais não podem escapar das injunções da vida política. Pensar de outra forma seria advogar por uma posição de sujeito positivista, por um intérprete altaneiro, acima da história, da vida social, cultural e política do seu tempo, algo que me parece indefensável. Admitir a inserção da nossa produção nas tramas das experiências vividas é também perceber que nossas formulações têm consequências mais além do debate acadêmico especializado e, portanto, devem ser igualmente pensadas como parte do universo político.

As alternativas ao valor heurístico e político de “desenvolvimento” foram mencionadas na seção anterior. Futuras possíveis inovações sensíveis à redistribuição da riqueza e a uma vida harmônica com a natureza dependerão de múltiplos fatores, entre eles se encontram as

rivalidades interimperialistas internamente ao sistema mundial, movimentos políticos frente a problemas como o aquecimento global e o aumento das disparidades entre ricos e pobres, assim como as relações entre esses conjuntos de dinâmicas e problemáticas com diferentes comunidades epistêmicas.

Também se pode incluir, no amplo campo das alternativas às premissas e metarrelatos de “desenvolvimento”, a formulação de respostas concretas que contêm preceitos dos povos originários. Dentre as várias possíveis, destaco os discursos do *Buen Vivir*, no Equador, e do *Vivir Bien*, na Bolívia. Apesar das mudanças políticas nesses países, ambas formulações talvez tenham sido, no nível internacional, as que tiveram maiores impactos na política e legislação republicanas formais. São o resultado de lutas indígenas e de debates interculturais influenciados por noções andinas que foram incorporadas às novas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). São uma plataforma de aspirações baseadas em visões como a solidariedade, a reciprocidade, a plurinacionalidade, a interculturalidade, a equidade, a redistribuição da riqueza, a defesa e atribuições de direito à Pachamama (Mãe Terra), a busca de afetos e harmonia entre o material e o espiritual, o empoderamento das comunidades e a melhora da qualidade de vida. Bom Viver e Viver Bem propugnam pela descolonização do conhecimento, o respeito pela diversidade cultural, o diálogo com diferentes saberes, a inclusão dos não-humanos e dos espíritos na noção de comunidade. Desse modo, questionam o dualismo sociedade/natureza da modernidade e fomentam outras concepções de natureza e de desenvolvimento (Gudynas, 2011).

7. Referências bibliográficas

Origens

Wolf, Eric. (1982). *Europe and the People without History*. University of California Press.

Latino-americanos, brasileiros e outros nesse cenário

Bartolomé, Leopoldo. (1985). *Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas*. IDES.

Escobar, Arturo. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In Daniel Mato (Ed.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización* (pp. 17–31). Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela.

Ferguson, James. (1990). *The anti-politics machine: “development,” depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge University Press.

Gupta, Akhil. (1998). *Postcolonial developments: agriculture in the making of modern India*. Duke University Press.

Katz, Claudio. (2023). *Dependency Theory After Fifty Years. The Continuing Relevance of Latin American Critical Thought*. Haymarket Books.

Ribeiro, Gustavo Lins. (1987). ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala, una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*, 27(105), 3–27.

Ribeiro, Gustavo Lins. (1991). *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. ANPOCS/Marco Zero.

Ribeiro, Gustavo Lins. (2008). Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, (80), 109–125. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>

Ribeiro, Gustavo Lins. (2025). Anthropology, Development, and Beyond. For more conversations with economists and other scholars. *Current Anthropology*, 66(S27), S49–S57. <https://doi.org/10.1086/734217>.

Santos, Leinad Ayer O., & Andrade, Lúcia M. M. de. (1988). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Sigaud, Lygia. (1986). *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação no. 9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional.

Um debate que continuará aberto. Reformulação chinesa?

Pengying, Tian. (2025). La original perspectiva sobre el mundo de la modernización china. In *Perspectiva sobre el mundo de la modernización china* (pp. 21-43). Clacso.

Limites e Alternativas

Gudynas, Eduardo. (2011). Buen Vivir. Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, (462), 1-20.

VER TAMBÉM:

[Agências multilaterais](#) | [Ambientalismo](#) | [Antropoceno/capitaloceno](#) | [Antropologia do desenvolvimento](#) | [Cooperação internacional](#) | [Teoria da Dependência](#) | [Teoria da Modernização](#) | [Sociologia do desenvolvimento](#)

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Ribeiro, Gustavo Lins. (2026). Desenvolvimento. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.023.